

Informativo

MP Memória



Ano 7/13 • Nº 7/13 • São Luís, Maranhão • Maio/2017



*Ministério Público do Maranhão
Sempre Promovendo Justiça e Cidadania*



EDITORIAL

Nas primeiras linhas da única obra sua que chegou até nossos dias, Heródoto de Helicarnasso anuncia que, “apresentando ao público o resultado de sua investigação [...], pretendia garantir que a memória das ações humanas não caísse no esquecimento” (Histoire d’Hérodote. Trad. Pierre-Henry Larcher. Paris: Charpentier, 1850).

Comentando esse excerto, a pesquisadora Sybil Safdié Douek, doutora em Filosofia pela PUC-SP, afirma que essa investigação do Pai da História “fundamenta-se naquilo que ele viu ou ouviu falar de outras pessoas que viram, privilegiando assim a categoria da testemunha”, pretendendo “salvar os acontecimentos do esquecimento, contando-os e narrando-os; salvá-los do esquecimento, ou seja, preservar a memória, tarefa que na Grécia Arcaica era atribuída ao poeta, ao sacerdote, ao adivinho que, ao contar e cantar os tempos primordiais, os tempos das origens, asseguravam ao povo sua identidade” (DOUEK S. S. Memória e exílio. São Paulo: Escuta, 2003, p. 24).

É exatamente essa a proposta do nosso Programa Memória: dar voz àqueles que, no passado, distante ou mais recente, viram ou ouviram falar de outras pessoas que viram o dia-a-dia, os desafios e as conquistas do Ministério Público do Estado do Maranhão. E isso tem sido feito, sobretudo, por meio do Plano Editorial Promotor Público Filipe Franco de Sá, que tem trazido à luz as correspondências ativas dos membros do Parquet maranhense, produzidas desde as primeiras décadas do século XIX. Essas revelações constituem a memória da Instituição. E, nas palavras do historiador francês Pierre Nora, a “memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento” (NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Revista Projeto História 10, São Paulo: Educ, dez. 1993, p. 9. Apud DOUEK, op. cit., p. 34).

A preservação dessa lembrança, dessa memória, tem-se materializado, também, através do Memorial

do Ministério Público, local de divulgação, exposição e consulta do acervo evocativo da história do Ministério Público do Maranhão.

Desde sua inauguração, em 14 de dezembro de 2004, o Memorial localizava-se no Centro Histórico de São Luís, e, depois de um período desativado, ao fim do qual teve seu acervo inteiramente restaurado e ampliado (contando com galeria de ouvidores-gerais e das mulheres pioneiras da Instituição, além daquelas já antes existentes, dos procuradores-gerais e correedores-gerais), foi reinaugurado no dia 9 de agosto de 2013 em novo endereço, na Rua Newton Prado (Montanha Russa) nº 53, Centro.

A presente edição do Informativo MP Memória inicia-se com artigo do Procurador-Geral de Justiça, Luiz Gonzaga Martins Coelho, em celebração dos 50 anos de existência da Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão, como órgão independente. Em lembrança desse marco, será lançado em 15 de maio, Dia Estadual do MPMA, um selo comemorativo que ilustra a capa desta publicação.

Também se destacam entrevista com a ex-Procuradora-Geral de Justiça do Estado do Maranhão, Regina Lúcia de Almeida Rocha e o atual Chefe da Instituição, Luiz Gonzaga Martins Coelho; reinauguração do Memorial do Ministério Público; registro das movimentações na carreira do Ministério Público Estadual; registro das publicações do Plano Editorial Promotor Público Filipe Franco de Sá e do novo site do Programa Memória; e o registro de importantes eventos nos quais nosso Programa Memória se fez representar.

A Comissão Gestora do Programa Memória Institucional do Ministério Público do Estado do Maranhão deseja a todos uma leitura proveitosa e convida o leitor a conhecer o acervo ampliado do Memorial do Ministério Público.

Cláudio Luiz Frazão Ribeiro
Promotor de Justiça
Membro da Comissão Gestora
do Programa Memória

INFORMATIVO ANUAL DO PROGRAMA MEMÓRIA INSTITUCIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO MARANHÃO



LUIZ GONZAGA MARTINS COELHO
Procurador-Geral de Justiça

Emmanuel José Peres Netto Guterres Soares
Promotor de Justiça
Diretor-Geral da PGJ

Marco Antonio Santos Amorim
Promotor de Justiça
Diretor da Secretaria para Assuntos Institucionais

MEMBROS DA COMISSÃO GESTORA DO PROGRAMA:

Teodoro Peres Neto
Procurador de Justiça / Coordenador da Comissão

Washington Luiz Maciel Cantanhêde
Promotor de Justiça

Ana Luiza Almeida Ferro
Promotora de Justiça

Cláudio Luiz Frazão Ribeiro
Promotor de Justiça

Maria dos Remédios Ribeiro dos Santos
Coordenadora de Documentação e Biblioteca

COORDENAÇÃO DO INFORMATIVO:
Cláudio Luiz Frazão Ribeiro

**CONCEPÇÃO, ORGANIZAÇÃO,
TEXTOS E SELEÇÃO DE FOTOS:**
Cláudio Luiz Frazão Ribeiro
Marco Antonio Santos Amorim
Maria dos Remédios Ribeiro dos Santos

REVISÃO:
José Luís Diniz
(Analista Ministerial - Coordenadoria de Comunicação)

EDITORIAÇÃO:
Wemerson Duarte Macedo

IMPRESSÃO:
Gráfica Triunfal (Assis/SP)

Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Maranhão
Av. Prof. Carlos Cunha, nº 3261, Calhau.
São Luís/MA. CEP: 65076-820.
Telefones: (98) 3219-1600 / (98) 3219-1624.
Homepage: <http://www.mpma.mp.br/>

Memorial do Ministério Público do Maranhão
Endereço: Rua Newton Prado
(Montanha Russa), nº 53, Centro
CEP: 65010-400. São Luís/MA.
Fone: (98) 3231-2943.
Homepage: <http://www.mpma.mp.br/memorial/>
Funcionamento: segunda-feira à sexta-feira, das 8 às 15 horas
(visitas fora desse horário por grupos oriundos de instituições, mediante agendamento por telefone).

Servidores do Programa Memória:
Kecilene Rose Silva - Assessora Técnica (Historiadora)
Susane Maria Pinto Viegas - Analista Ministerial
Aida Iris Arruda de Araújo - Monitora
Elizabeth Silva Bezerra - Monitora

50 anos

Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão

Há 50 anos o Ministério Público Maranhense era desvinculado da Procuradoria Geral do Estado e passava a ser chefiado por um Procurador-Geral de Justiça. No dia 15 de maio de 1967 entrava em vigor a Constituição Estadual do Maranhão que no seu Título II desvelava um novo Ministério Público, representante da sociedade e fiscal da lei, deixando a atividade de consultoria e representação judicial do Estado à Procuradoria Geral do Estado.

Desde tempos remotos, como na época do Brasil Império, quando os Promotores Públicos eram ainda vinculados diretamente ao Presidente de cada Província, havia em solo timbira destemidos representantes daquela que viria a ser a instituição ministerial. Foi o caso do Promotor Público Celso Magalhães, alçado patrono do MPMA pela Lei Complementar n. 13/91.

Seja funcionando numa sala do fórum Clóvis Beviláqua (atual sede do Tribunal de Justiça), seja nas acanhadas dependências do prédio situado na rua do Egito, passando pelas acomodações da rua Osvaldo Cruz, ou nas atuais modernas e confortáveis instalações, a marca dos membros e servidores sempre foi e continuará sendo a altivez e destemor na defesa

dos interesses da sociedade. Nesse período foram muitas as dificuldades enfrentadas e superadas. Tantas outras haverá de sê-lo, haja vista que os conspurcadores da democracia e da ordem jurídica não cansam de mirar suas desonrosas artilharias contra a instituição concebida para defender a sociedade.

A parcela de autonomia conquistada em 1967, mesmo subsistindo a possibilidade de o Procurador Geral de Justiça ser exonerado ad nutum pelo Governador do Estado, construiu as bases para a definitiva independência do Ministério Público conquistada com o processo de redemocratização do país e promulgação da Constituição Republicana de 1988.

A Constituição Estadual de 1967 representa, portanto, um marco na história de um Ministério Público que continua a se reinventar para fazer frente às constantes ameaças contra os direitos e garantias do povo brasileiro.

Que a história de luta de um passado não muito distante sirva de exemplo para as presentes e futuras gerações!

Luiz Gonzaga Martins Coelho
Procurador-Geral de Justiça

PRÉDIOS-SEDES DA PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO



Fórum Clóvis Beviláqua - onde funcionou a PGJ por 12 anos.



Procuradoria Geral de Justiça - Rua do Egito, 1979-1994.



Procuradoria Geral de Justiça - Rua Osvaldo Cruz, 1994-2016.



Nova Sede da PGJ, na Av. Prof. Carlos Cunha - inaugurada em 10 de junho de 2016.

ENTREVISTA

Regina Lúcia de Almeida Rocha
Procuradora de Justiça



A Procuradora de Justiça Regina Lúcia de Almeida Rocha foi empossada no cargo de Procuradora-Geral de Justiça do Estado do Maranhão em 14 de junho de 2012 para o biênio 2012-2014 e reconduzida para o biênio 2014/2016 em 11 de junho de 2014.

MP Memória - Em sua gestão, o Memorial foi reinaugurado em um prédio que divide o espaço com uma Promotoria de Justiça. Qual o diferencial desse modelo?

Regina Rocha - A grande vantagem de unir o espaço do memorial a um órgão de execução é proporcionar maior fluxo de visitantes, por ser a Promotoria do Consumidor bastante requisitada pela sociedade. Além disso, a melhor localização e um prédio reformado facilitam o acesso da comunidade, aproximando-a da nossa história.

MP Memória - Houve um esforço institucional para recuperar e ampliar o acervo. Que medidas foram adotadas para garantir o aperfeiçoamento das atividades do Programa Memória?

Regina Rocha - O programa passou a ter relevância, sendo valorizado institucionalmente depois que foram implementadas

a renovação da equipe, que passou a contar com pessoas tecnicamente familiarizadas com esse tipo de trabalho, bem como houve a aplicação de recursos para manutenção e restauração do acervo e o resgate e recuperação dos materiais, que ficaram devidamente organizados.

MP Memória - O Programa Memória se consolidou como uma referência para história do Ministério Público maranhense. Como a senhora avalia esse resgate histórico da instituição?

Regina Rocha - É muito gratificante constatar que de fato o programa se tornou uma referência. Exemplo disto foi o convite do CNMP para a equipe do nosso memorial participar da comissão nacional para a criação do projeto Memória do Ministério Público Brasileiro.

Avalio esse resgate histórico da instituição como algo relevante tanto internamente, para todos os representantes ministeriais, como para a população, porque é essencial conhecer bem a sua história, até para não cometer os mesmos erros do passado. E é fundamental reservar para as futuras gerações a história institucional como forma de mostrar a longa caminhada que o Ministério Público do Maranhão trilhou até esse momento e também de inspirar o futuro. E para isso é muito importante que permaneçam continuamente as palestras ministradas por membros e servidores da instituição para os estudantes, favorecendo o contato direto com os alunos na divulgação da nossa história, bem como a parceria com órgãos de turismo a fim de ampliar a divulgação do espaço e facilitar o encaminhamento de visitantes deste e de outros Estados. Deste modo, o programa continuará sendo um referencial e motivo de muito orgulho para nossa instituição.

PARTICIPAÇÃO DE MEMBROS E SERVIDORES EM IMPORTANTES EVENTOS SOBRE MEMÓRIA E DOCUMENTAÇÃO

O Programa Memória Institucional do MPMA se fez presente em importantes eventos de âmbito nacional:

IV ENCONTRO NACIONAL DE MEMORIAIS DO MINISTÉRIO PÚBLICO, representado pela servidora Giovana Canavieira Furtado, nos dias 22 e 23 de agosto de 2013 em Belo Horizonte/MG;

V ENCONTRO NACIONAL DE MEMORIAIS DO MINISTÉRIO PÚBLICO, representado pelo Promotor de Justiça e Membro da Comissão Gestora do Programa Memória, Cláudio Luiz Frazão Ribeiro, nos dias 24 a 26 de setembro de 2014 em Maceió/AL;

VI ENCONTRO NACIONAL DE MEMORIAIS DO MINISTÉRIO PÚBLICO, representado pela Historiadora Kelcilene Rose Silva, de 15 a 16 de outubro de 2015 em Vitória/ES.

O promotor de justiça Cláudio Luiz Frazão Ribeiro partici-

pou do I Seminário de Informação e Documentação Jurídicas do Maranhão, realizado pela Universidade Federal do Maranhão, de 22 a 26 de junho de 2015. O promotor foi um dos

palestrantes da mesa redonda "Gestão documental em arquivos e centros de memória judiciais". Em sua apresentação, discorreu sobre o trabalho de pesquisa e transcrição dos do-

cumentos do Ministério Público do Maranhão, pesquisa realizada para resgatar a história do órgão e a política de conservação e preservação da documentação da instituição.



ENTREVISTA

Luiz Gonzaga Martins Coelho
Procurador-Geral de Justiça



Em sessão solene do Colégio de Procuradores de Justiça, realizada no dia 14 de junho de 2016, no auditório da nova Procuradoria Geral de Justiça (Av. Prof. Carlos Cunha, nº 3261, Calhau), tomou posse como procurador-geral de justiça do Ministério Público do Maranhão, Luiz Gonzaga Martins Coelho, para o biênio 2016-2018.

MP Memória - Qual a importância da preservação da história da instituição para o trabalho desenvolvido nos dias atuais?

Luiz Gonzaga - Preservar a história da instituição, reconhecendo o trabalho desenvolvido por todos aqueles que ajudaram a criá-la e desenvolvê-la é a melhor maneira de perpetuar valores e permitir que as novas gerações tenham a exata compreensão do passado para melhor construir o futuro. Em 2017 o Ministério Público completa 50 anos de sua autonomia, com a desvinculação da Procuradoria Geral do Estado, passando a chefe do Ministério Público o Procurador-Geral de Justiça, marco importante na história institucional do MP maranhense.

MP Memória - Quais os projetos de sua gestão para o Programa Memorial MP?

Luiz Gonzaga - Um novo espaço está sendo gestado para funcionar o Memorial do MPMA: a antiga sede da Procuradoria Geral de Justiça, localizada no Centro da cidade de São Luís. Um espaço amplo, moderno e confortável. E o mais importante: mais próximo da sociedade por conta de sua localização privilegiada. Nos primeiros meses de nossa gestão procedemos a digitalização do "processo da Baronesa", que pode ser consultado em nossa página na internet, e uma outra versão desse importante documento histórico, em forma de livro, está sendo pensado para posterior encaminhamento para bibliotecas públicas, escolas e universidades. Daremos continuidade ao programa de

visitação das escolas, aproximando cada vez mais a instituição dos nossos jovens, futuro do nosso país. Inauguramos a galeria de ex-Procuradores-Gerais de Justiça, que se encontra hoje na sala dos órgãos colegiados, na Procuradoria Geral de Justiça. Inauguramos, ainda, a sala do aposentado, um reconhecimento àqueles que ajudaram a construir a instituição. Em cada viagem a serviço, a Administração Superior leva consigo um membro aposentado a fim de que as presentes gerações possam fazer o resgate do passado e, com a experiência daqueles que já deram sua parcela de contribuição, possam construir um melhor futuro.

MP Memória - Há outros projetos sendo pensados pela sua gestão para o Programa?

Luiz Gonzaga - Outras iniciativas estão sendo gestadas, como o "memória oral", consistente em depoimentos gravados por membros e servidores aposentados, a serem disponibilizados na sede do Memorial e no ambiente virtual, bem como a ampliação do programa de visitação, com a ida do memorial até os ambientes escolares e universitários, o "memorial itinerante". Além disso, pretendemos utilizar o espaço da sede do Centro, ligado ao Memorial, para propiciar aos cidadãos e aos alunos de escolas e universidades ciclos de palestras sobre as atividades do Ministério Público e outros eventos culturais gratuitos, transformando aquele local num autêntico Centro Cultural do Ministério Público a serviço da cidadania.

MP Memória - De que forma o resgate da memória institucional permitiu uma aproximação do MP com a sociedade?

Luiz Gonzaga - O Ministério Público é uma instituição concebida, em sua essência, para a defesa dos direitos da sociedade. As prerrogativas dos seus membros, como a inamovibilidade e independência funcional por exemplo, são, em verdade, garantias do próprio cidadão. É preciso, portanto, que este enquanto titular do poder numa democracia, tenha conhecimento das origens da instituição concebida para defendê-lo e também das diversas ameaças porque vem passando ao longo do tempo. Nada melhor para cumprir essa missão do que um espaço (físico e virtual) que ajude a contar sobre essa história. O Programa Memorial MPMA exerce esse papel estando aberto à visitação pública, como também levando ao maior público possível as origens, histórias, trabalhos e trajetórias de lutas dos seus membros e servidores.

MP Memória - O Memorial do MP tem uma programação regular com as escolas. Como o senhor avalia o trabalho desenvolvido com os estudantes para que as novas gerações conheçam a instituição Ministério Público?

Luiz Gonzaga - Vivemos atualmente um momento de crise econômica, política e de ética. O Brasil cada vez mais envolvido em escândalos de corrupção, com desvios de quantias que seriam suficientes para a construção de um país melhor. A edificação de novas bases fundadas na ética e na moralidade é, sem dúvida, um caminho que deve ser percorrido e a melhor maneira de fazê-lo é criando nos nossos jovens a cultura de intolerância com a corrupção e todos os tipos de ilegalidades. Esta nova geração, que num futuro bem próximo, guiará os destinos do país, precisa conhecer a instituição como grande aliada nesta batalha. A programação do Memorial, com as visitas mensais, sempre com a participação de um membro ou servidor, num diálogo franco com estudantes, objetiva exatamente a construção dessa nova cultura, dessa nova forma de encarar a coisa pública, na busca de se deixar para trás, como resquício da história, as práticas patrimonialistas e o orgulho, nada republicano, de se tentar levar vantagem em tudo. Já foram centenas de estudantes que participaram do projeto e nos quais esperamos ter plantado a semente de que um novo país é possível a partir da mudança que temos de operar em nós mesmos.

O PEQUENO E GRANDE MEMORIAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO



Cada vez mais vamos a Holanda, Londres, Paris, Nova Iorque, onde estão guardados tesouros que registram passos da história da humanidade. Tem-se o Museu do Vaticano; o Hermitage, em São Petersburgo; Metropolitan Museum, em Nova Iorque; o Louvre, em Paris; a National Gallery, em Washington; o Museu de Antropologia, na cidade do México; o Van Gogh Museum, em Amsterdam; o British Museum, em Londres; o Musée National d'Art Moderne/Centre Georges Pompidou, em Paris; e o Prado, em Madrid. Cada uma dessas cidades guarda muitas memórias e faz jus ao que Thomas Stearns Elliot dizia sobre o passado ser o presente e o futuro.

Até mesmo no Oriente Médio existem museus e sítios arqueológicos nas cidades de Mossul e Nimrod, ambas no Iraque. A região abriga peças originais, fragmentos reconstruídos e cópias que fazem parte de coleções da arte assíria, com idade de vários séculos antes de Cristo, assim como estátuas representativas dos deuses dos povos assírios, acádios, dentre outros. Relíquias que remontam ao início das civilizações.

Contam também com estátuas de touros alados e centenas de pedras preciosas e moedas de ouro que foram levados para Bagdá por arqueólogos. As ruínas da cidade antiga permanecem no local, escavadas – desde o século XIX – por uma série de especialistas.

No Líbano, o Museu Nacional de Beirut guarda todos os artefatos das diversas civilizações antigas encontradas em território libanês. Durante todos esses anos a coleção do Museu aumentou com a adição de artefatos encontrados em escavações recentes (sarcófagos, mosaicos, joias, moedas, cerâmica, madeira, armas, ...). Visitar este Museu é entender a diversidade do Líbano, marcada pela influência de várias civilizações.

No Brasil, avulta-se o Museu Paulista da Universidade de São Paulo ou Museu do Ipiranga, localizado no conjunto arquitetônico do Parque da Independência, responsável por uma grande coleção de objetos e obras de

arte com relevância histórica, especialmente aquelas que possuem relação com a Independência do Brasil e o período histórico correspondente. Uma das obras mais conhecidas de seu acervo é o quadro “Independência ou Morte”, de 1888, do artista Pedro Américo.

Cite-se ainda o Museu Histórico Nacional, fundado em 1922, um dos mais importantes museus do Brasil, que reúne um acervo de mais de 348.515 itens, entre os quais a maior coleção de numismática (que tem por objeto de estudo as moedas e as medalhas) da América Latina. O conjunto arquitetônico que abriga o Museu desenvolveu-se a partir do Forte de Santiago, na Ponta do Calabouço, um dos pontos estratégicos para a defesa da cidade do Rio de Janeiro.

Há ainda o belíssimo Museu Oscar Niemeyer (MON) ou do Olho, como popularmente é conhecido em razão de sua estrutura lembrar o órgão, situado em Curitiba. O complexo possui dois prédios, totalizando 35 mil m², fica na Praça Cívica e foi inaugurado em 22 de novembro de 2002, chamando-se à época de Novo Museu. Quando o visitei fiquei impressionado e pude perceber a riqueza de seu acervo, que muito valoriza as artes visuais, a arquitetura e o design.

O Maranhão por muito tempo não contava com muitas atrações que se pudesse visitar para o estudo das ciências e das artes. Até que começaram a surgir alguns centros para reunião de exemplares científicos e artísticos. Aqui chamamos especial atenção para o Memorial do Ministério Público do Estado do Maranhão. O local, que faz parte do Programa Memória Institucional do MPMA, resguarda a história da instituição, resgatando suas histórias, a fim de ajudar na construção da trajetória atual do Ministério Público. Toda a sociedade maranhense ganha com a preservação do acervo, posto que tais momentos integram a história do Estado.

Desde a sua criação, centenas de pessoas já passaram por ali. Todos que visitam o Maranhão e tem a oportunidade de conhecê-lo se encantam. Temos o que poucas cidades do Brasil tem, um acervo de peças históricas, como os autos originais do processo contra a Baronesa de Grajaú, obras de arte, mobília, vestimentas talares, fotografias, galerias das mulheres pionei-

ras da instituição, dos ouvidores-gerais do Parquet, painéis com passagens da história do MP e um sobre a trajetória de Celso Magalhães, patrono do Ministério Público do Maranhão, que denunciou a Baronesa de Grajaú, no ano de 1877, pelo assassinato de um menino escravo de nome Inocêncio.

Daqui a 50 anos ninguém conhecerá os membros da instituição que atuaram em capítulos da história local, mas terá um local apropriado para pesquisar como foi a evolução do Parquet no fortalecimento de sua atuação em defesa da democracia e da cidadania.

Para isso, os documentos, objetos e livros devem ser preservados através da melhor técnica possível, digitalizados e prontos para consulta e estudo, como já ocorre hoje.

Finalmente, um museu é uma instituição permanente, que conserva, investiga, difunde e expõe os testemunhos materiais do homem e do seu entorno, para a educação e deleite da sociedade. São locais que guardam e apresentam sonhos, sentimentos e pensamentos que ganham vida através de imagens, cores, sons e formas. São pontes, portas e janelas que ligam e desligam mundos, tempos, culturas e pessoas diferentes.

Assim podemos dizer do nosso Memorial do Ministério Público, que resguarda a história da instituição e faz parte do Programa Memória Institucional do MPMA, de cuja comissão gestora sou coordenador.

Ademais, fizemos uma lista das datas comemorativas, locais e nacionais, como forma de melhorar a atuação do Memorial, agendando exposições e eventos para todo o ano. Objetiva-se, assim, propagar a história do Parquet maranhense no âmbito nacional e até internacional.

Não podemos deixar de realçar a contribuição da Fundação da Memória Republicana Brasileira, que tem prestado grandes serviços educacionais, culturais e turísticos aos cidadãos maranhenses. Instalada em um prédio colonial de 1654, no centro histórico de São Luís, o Convento das Mercês conta com mais de 40 mil itens em sua coleção.

Teodoro Peres Neto
Procurador de Justiça
Coordenador da Comissão Gestora
do Programa Memória

PROMOTORA DE JUSTIÇA ANA LUÍZA ALMEIDA FERRO TOMA POSSE NA CADEIRA Nº 12 DA ACADEMIA MARANHENSE DE LETRAS



A promotora de Justiça, professora universitária e escritora Ana Luíza Almeida Ferro tomou posse no dia 06/04/2017, na Academia Maranhense de Letras (AML). Ela ocupa a cadeira nº 12, que tem como patrono o jornalista Joaquim Serra e foi fundada por Clodomir Cardoso. Os últimos ocupantes foram os poetas Odylo Costa Filho e Evandro Sarney. A recepção foi feita pela acadêmica Ceres Costa Fernandes. Em seu discurso de posse a Promotora Ana Luíza Ferro homenageou os intelectuais que ocuparam a cadeira, dando ênfase ao patrono e ao último ocupante. A escritora foi eleita para a AML em 15 de setembro do ano passado com 31 dos 36 votos válidos.

Redação: Academia Maranhense de Letras

ESCLARECIMENTO PÚBLICO SOBRE OS AUTOS DO PROCESSO-CRIME DA BARONESA DE GRAJAÚ

O Procurador-Geral de Justiça, Luiz Gonzaga Martins Coelho, diante dos artigos de autoria do ex-Presidente da República, José Sarney, publicados em 30/03/2014 e em 09 e 10/07/2016, no jornal O Estado do Maranhão, nos quais questionava o destino dado aos autos do chamado Processo da Baronesa de Grajaú, esclareceu, em ofício a ele dirigido, sobre as medidas de conservação, transcrição, publicação e digitalização desse importante processo criminal, todas adotadas pelo Ministério Público Maranhense. Em atenção a esse esclarecimento, o ex-Presidente encaminhou ofício ao Ministério Público.


ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Ao
Excelentíssimo Senhor
José Sarney de Araújo Costa

29 de Agosto de 2016

Excelentíssimo Senhor,

Vejo através deste, diante da preocupação manifestada por Vossa Excelência quanto ao estado e conservação dos autos originais do "Processo da Baronesa de Grajaú" nos artigos "O Processo da Baronesa de Grajaú" e "Celso Magalhães e o processo da Baronesa" publicados no Blog José Sarney <www.josesarney.org>, informar que os dois volumes estão, oficialmente, sob guarda do Ministério Público do Estado, integrando o acervo do Memorial do Ministério Público do Estado do Maranhão.

A cessão dos documentos foi fruto de anos de reivindicações por parte do *Parquet* maranhense e oficializada em 24 de março de 2009, com a devida autorização do Governador do Estado do então.

Os esforços em obter a guarda dos documentos deram-se por sua intrínseca ligação com a história do Ministério Público Estadual. É sabido que os autos retratam o processo-crime movido pela Promotoria Pública da Capital, no ano de 1876, contra Anna Rosa Vianna Ribeiro, que se tornaria a Baronesa de Grajaú, acusada pelo homicídio de um menino filho de escravos.

A firme e honrosa atuação do "Promotor Público" Celso Magalhães no dito processo rendeu-lhe o título de patrono do Ministério Público Estadual conforme o art. 194 da Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Maranhão (Lei Complementar nº. 13/1991). O ilustre Promotor de Justiça tornou-se fonte inspiradora para todos os membros e servidores desta instituição.

Manifesto, portanto, o interesse do Ministério Público na preservação da memória daqueles

2016 - O Ministério Público em movimento: mantendo e transformando ações
Rua Cayulho Cruz, 2396 - Centro - CEP: 65020-910 - SÃO LUÍS/MA
Telefone: (98) 3219-1800/1802 e 0800-3219-1800/1801


ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

importantes fatos históricos. Desta feita, a guarda e conservação dos autos do processo estão sendo realizados com todo o zelo que lhe é exigido.

Certos da importância histórica que os documentos possuem para toda a sociedade, os autos foram devidamente transcritos e publicados em forma de livro e arquivo digital no sítio do Ministério Público do Estado do Maranhão na internet (www.mpma.mp.br).

Ademais, no início da minha gestão, determinei a integral digitalização do conjunto documental para permitir o acesso ao conteúdo sem a necessidade de manuseio dos volumes, possibilitando, assim, a preservação dos autos originais, os quais, encerrada esta etapa, serão permanentemente expostos no Memorial do Ministério Público do Estado do Maranhão (R. Newton Prado, 53, Centro, São Luís - MA, CEP: 65010-400).

Ao tempo em que agradeço a preocupação de Vossa Excelência pela preservação histórica dos autos deste insigne processo, aproveio o ensejo para gentilmente encaminhar uma edição da obra "Autos do Processo-crime da Baronesa de Grajaú - 1876-1877" publicada por esta Procuradoria Geral de Justiça.

Atenciosamente,


LUIZ GONZAGA MARTINS COELHO
Procurador-Geral de Justiça

2016 - O Ministério Público em movimento: mantendo e transformando ações
Rua Cayulho Cruz, 2396 - Centro - CEP: 65020-910 - SÃO LUÍS/MA
Telefone: (98) 3219-1800/1802 e 0800-3219-1800/1801


JOSÉ SARNEY

GJS C. nº 191/2016

Brasília, 9 de setembro de 2016.

A Sua Excelência o Senhor
Luiz Gonzaga Martins Coelho
Procurador-Geral de Justiça
Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Maranhão
Rua Osvaldo Cruz, 1396
65020-910 São Luís - MA

Excelentíssimo Senhor,

Recebi, com muita alegria, o livro "Autos do processo-crime da Baronesa de Grajaú", numa bela e valiosa edição. Saiba o quanto me tranquilizou saber que esse processo se encontra no Memorial do Ministério Público do Estado do Maranhão, digitalizado e cuidado com todo respeito e carinho que merece um documento dessa importância.

A minha preocupação com o assunto deve-se ao fato de estar ligado a ele de maneira particular sou o responsável por sua salvação, uma vez que o processo ficou em minhas mãos, durante algum tempo, até que o entreguei a Josué Montello, que, graças a esses autos, escreveu o grande romance da escavidão no Brasil, "Os Tambores de São Luís" — fato que ele relata em seu livro.

Posteriormente, procurei saber do seu destino; Josué Montello me afirmou tê-lo entregue ao Museu Histórico e Artístico do Maranhão, onde procurei por ele, mas tive o desprazer e, ao mesmo tempo, um grande medo de pensá-lo perdido, pois não se conseguiu localizá-lo a pessoa que me atendeu no Museu nem sabia de sua existência.

Por outro lado, minha ligação com o Ministério Público, além de minha grande admiração pelo trabalho dessa Instituição e pelo que representa para a sociedade, é de caráter, profundamente, sentimental: meu pai foi, durante 24 anos,




JOSÉ SARNEY

Promotor de Justiça no interior do Maranhão, peregrinando por nove comarcas, perseguido pelo Governo do Estado Novo.

Muito obrigado por sua guarda do processo da Baronesa e pela informação de que está a salvo; fiquei profundamente alegre por sabê-lo, uma vez que, infelizmente, documentos e objetos históricos, por vezes, ficam à mercê de pessoas que por eles não se interessam e acabam desaparecendo, ficando completamente perdidos por falta de continuidade e zelo em sua guarda.

Essa era a minha preocupação, que, graças ao senhor, agora se desfaz, por saber da existência do Memorial do Ministério Público do Estado do Maranhão e ter conhecimento dessa edição tão valiosa do processo-crime da Baronesa.

Minhas congratulações com Vossa Excelência e com o Ministério Público pela conservação da memória dessa importante Instituição do Estado do Maranhão.

Aproveito a oportunidade para apresentar a Vossa Excelência os meus melhores votos,


José Sarney
Ex-Presidente da República

CORRESPONDÊNCIA ATIVA DOS PROMOTORES PÚBLICOS DO IMPÉRIO: Pesquisas históricas no Arquivo Público do Estado do Maranhão

O volume 1 da série Ministério Público do Estado do Maranhão: fontes para sua história, intitulado Marcos Legais (dez/2003), representa o início da pesquisa que resgata a história do Ministério Público Estadual.

O volume 2, tomo 1, intitulado Correspondência Ativa dos Promotores Públicos do Império, contém transcrições dos ofícios enviados pelos promotores públicos ao presidente da Província do Maranhão no período de 1831 a 1841.

Os ofícios referentes ao período de 1842 a 1871 foram publicados nos tomos 2 a 15 do volume 2, contendo, ainda, o tomo 16, no qual consta um índice onomástico alfabético que remete-se ao período mencionado.

Proseguindo à pesquisa da documentação referente ao período de 1872 a 1892, foram transcritos 1619 ofícios, com seus respectivos anexos. A partir desses documentos, elaborou-se uma relação com os nomes dos promotores públicos da época,

assim como o índice onomástico alfabético remissivo.

Nesses ofícios, os promotores públicos relatavam ao presidente da Província do Maranhão tanto as ocorrências pertinentes às atividades funcionais como também se referiam aos fatos cotidianos das comarcas em que atuavam. Deste modo têm-se o relato de fraudes em eleições; a atuação dos promotores nas juntas de classificação de escravos com vistas à emancipação destes em virtude da Lei do Ventre Livre; crimes ainda hoje conhecidos, como o cometido pelo Desembargador Pontes Visgueiro; recenseamento para recrutar homens para o Exército e Armadas; falta de policiamento e de casas que sirvam de cadeia pública nas comarcas; obrigatoriedade de registros civis (casamento, nascimento, óbitos) e a consequente inspeção a cartórios; crimes de moedas falsas; crimes de autoridades policiais; crimes de defloramento; suicídios de escravos como

forma de romper com o cativeiro; surtos de doenças como varíola; enchentes; a comoção causada pela abolição da escravatura; notícia sobre a Proclamação da República; menção ao órgão e representante do Ministério Público etc.

Com as transcrições dos ofícios de 1872 a 1892, conclui-se a pesquisa sobre o período imperial e abrange-se o início do período republicano. Fica manifesta a atuação do Parquet nas várias esferas da sociedade maranhense no século XIX, assim como torna-se evidente que essa documentação representa uma rica fonte de pesquisa para além do resgate da memória do Ministério Público do Maranhão, posto que aborda questões como as que foram citadas no parágrafo anterior.

O resultado dessa pesquisa tem previsão de publicação para o mês de dezembro de 2017.

Kelcilene Rose Silva
Historiadora do Programa Memória

NOTÍCIAS EM FOCO

Wilson Paulo Fialho Félix Júnior e Maria Alice Araújo Correia Lima Rocha, filho e sobrinha de Aurora Correia Lima (primeira mulher no Maranhão a assumir o cargo de promotor público na condição de concursada e que se encontra incluída na Galeria de Mulheres Pioneiras do MPMA), visitaram, em 2015, o Memorial da instituição.



Em 2015, a convite da promotora de justiça de Defesa do Consumidor Lítia Cavalcanti o então secretário de Estado da Cultura, Felipe Camarão, visitou o Memorial do Ministério Público do Maranhão, com a finalidade de incluir esse espaço museológico na Lista de Museus do Estado do Maranhão e também inseri-lo como espaço de lançamento de livros de autores maranhenses.

A página virtual para o Programa Memória Institucional do MPMA (www.mpma.mp.br/memorial) foi desenvolvida pela comissão gestora em parceria com a Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação da Procuradoria Geral de Justiça. O espaço contém informações atualizadas e arquivos sobre o programa.

Em parceria com a Biblioteca Pública Benedito Leite do Estado do Maranhão, foram digitalizados os originais dos “Autos do Processo-Crime da Baronesa de Grajaú 1876-1877 (2 volumes)” e posteriormente incluídos no link do Programa Memória Institucional na página virtual do MPMA (<http://www.mpma.mp.br/memorial/publicacoes/processo-da-baronesa-transcricao/>).

O Conselho Nacional do Ministério Público, por meio da Resolução nº 158, de 31 de janeiro de 2017 (publicada no Diário Eletrônico do CNMP em 22/02/2017), instituiu o Plano Nacional de Gestão de Documentos e Memória do Ministério Público – PLANAME e seus instrumentos.

Por ocasião da reinauguração do Memorial do MPMA, foi acrescentada a esse acervo museológico a galeria dos “Ex-Ouvidores do MPMA”: Carlos Nina Everton Cutrim (procurador de justiça, atualmente aposentado, exerceu o cargo de Ouvidor do Ministério Público do Maranhão nos biênios 2005/2007 e 2007/2009); Iracy Martins Figueiredo Aguiar (procuradora de justiça, exerceu o cargo de Ouvidora do Ministério Público do Maranhão no biênio 2009/2011); Mariléa Campos dos Santos Costa (procuradora de justiça, exerceu o cargo de Ouvidora do Ministério Público do Maranhão nos biênios 2011/2013 e 2013/2015).

ESPAÇO MEMORIAL

MEMORIAL DO MPMA É INAUGURADO
EM NOVO PRÉDIO EM 2013

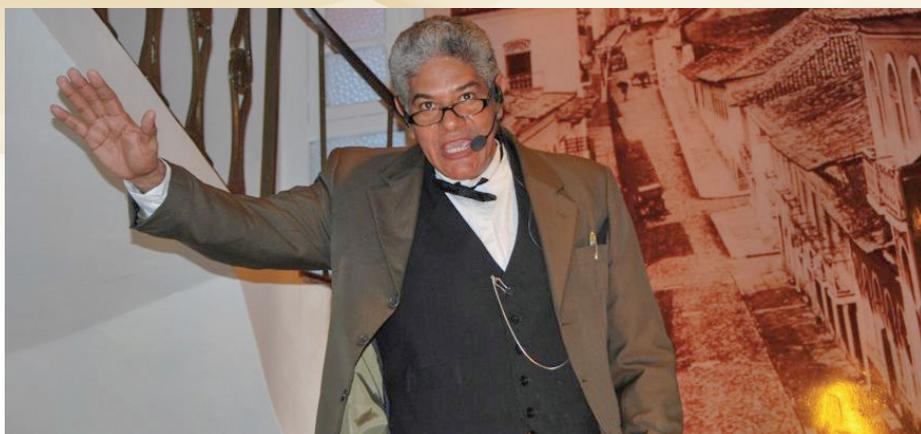
“Um povo sem memória é um povo sem história. E um povo sem história está fadado a cometer, no futuro, os mesmos erros do passado”. Citando a conhecida expressão, atribuída à historiadora Helena Pignatari, a procuradora-geral de justiça, Regina Lúcia de Almeida Rocha, reafirmou o seu compro-

misso com a preservação da história da instituição que chefia, na inauguração da nova sede do Memorial do Ministério Público do Maranhão em 9 de agosto de 2013, aberta para visitação pública, de segunda a sexta-feira, das 8h às 15h. O prédio de dois pavimentos está situado na Rua Milton Prado

(conhecida como Montanha Russa), nº 53, no Centro de São Luís, cujo andar térreo foi adaptado para esse espaço museológico em projeto desenvolvido pela designer de interiores Dulce Serra Moreira, servidora da Coordenadoria de Obras, Engenharia e Arquitetura.



Da solenidade participaram promotores e procuradores de justiça, inclusive aposentados, desembargadores, secretários estaduais e servidores do Ministério Público. Na abertura do evento, a Banda de Música da Polícia Militar do Maranhão fez a execução do Hino Nacional. Ao longo de toda a programação a música esteve presente, com a participação dos violinistas Manoel Mota e Neilan Saelle, da Escola de Música do Maranhão.



Da sacada do prédio o ator Domingos Tourinho apresentou trechos do histórico processo em que o promotor público Celso Magalhães, patrono do Ministério Público do Maranhão, denunciou a Baronesa de Grajaú, no ano de 1877, pelo assassinato de um menino escravo de nome Inocêncio. O artista fez, ainda, outras participações interpretando fragmentos de obras da produção literária de Celso Magalhães.

O artista plástico Rogério Berredo participou da programação caracterizado como patrono do Ministério Público.

Em seu discurso, a procuradora-geral traçou uma breve trajetória do Memorial do Ministério Público, criado em 2004, como parte do Programa Memória Institucional do MPMA, enaltecendo as peças históricas que compõem o acervo da casa, como os autos originais do processo contra a Baronesa de Grajaú, obras de arte, mobília, vestimentas talares e fotografias.

“Resguardar a nossa memória institucional é fundamental para esta e para as próximas gerações. A preservação das relíquias que aqui estão ajudam não só a

recontar a nossa história, mas também nos faz refletir sobre a importância e a grandeza de nossa missão social, tendo como inspiração nossos antepassados que a exerceram com bravura e nos servem de exemplos para serem seguidos”, disse Regina Rocha. Ao final, ela destacou a contribuição de membros e servidores que, desde o sur-

gimento do memorial, trabalham para zelar pelo patrimônio.

À época dessa inauguração, o coordenador do Programa Memória Institucional do MPMA, o procurador de justiça Raimundo Nonato de Carvalho Filho, parabenizou a administração geral pelo resgate do Memorial do MP, que concentra parte importante da história da instituição e do estado. Ele propôs parcerias com outras instituições para ampliar a abrangência do Programa Memória e do próprio memorial.

Raimundo Nonato também fez questão de homenagear membros e servidores que contribuíram para a história do Ministério Público e, em particular, para a preservação do patrimônio do memorial. Citou nominalmente a ex-procuradora geral de justiça Elimar Figueiredo de Almeida, primeira a ser eleita pela classe para o cargo, promotor de justiça Washington Cantanhede, que coordenou por vários anos o Programa Memória, e a servidora Maria dos Remédios Ribeiro dos Santos, coordenadora de Documentação e Biblioteca da PGJ.



NOVA GALERIA NO MEMORIAL

“MULHERES PIONEIRAS DO MPMA”



Durante a inauguração da atual sede do Memorial do MPMA, em 2013, foi criada a galeria de fotos Mulheres Pioneiras do MPMA, contemplando quatro mulheres importantes para a história da instituição no século XX:

Maria da Conceição Amorim Mota, primeira mulher nomeada para o cargo de promotor público, em 3 de julho de 1935, tendo permanecido por décadas nesse cargo, até aposentar-se por tempo de serviço.

Arcelina Rodrigues Mochel, primeira mu-

lher a exercer o cargo de promotor público em comarca do interior do Maranhão, em 1941, aprovada em primeiro lugar no primeiro concurso público para provimento do cargo no Maranhão. Mudou-se, no final de 1943, para o Rio de Janeiro, onde se destacou na luta pelos direitos da mulher.

Aurora Correia Lima, primeira mulher no Maranhão a assumir o cargo de promotor público na condição de concursada, em 1941. Aposentou-se por tempo de serviço, em 1973, após dez anos como procuradora de justiça.

Elimar Figueiredo de Almeida Silva exerceu interinamente o cargo de procuradora-geral de justiça, no biênio 1989-1990, após a promulgação da Constituição Federal de 1988. Para o biênio 1990-1992, foi a primeira mulher eleita pela classe para exercer o cargo de procuradora-geral de justiça, sendo reconduzida para o biênio 1992-1994. Também foi a primeira mulher a exercer o cargo de corregedora-geral do Ministério Público, em 1984. Aposentou-se por tempo de serviço em 1997.

PROJETO “A ESCOLA NO MEMORIAL DO MPMA”

Em novembro de 2014, após a reinauguração do Memorial do Ministério Público do Maranhão iniciou-se o projeto “A Escola no Memorial do MPMA”, que visa estimular, desde cedo, o desenvolvimento cultural e a promoção da cidadania com o objetivo de dar aos estudantes a oportunidade de conhecer e vivenciar a história do Parquet maranhense, por meio de documentos, objetos e obras de arte. Além disso, busca-se fazer com que os jovens tenham contato com a justiça e consciência de seus direitos e deveres em comunidade.

O referido projeto conta com o apoio dos seguintes órgãos e unidades administrativas da PGJ: Diretoria Geral, Secretaria para Assuntos Institucionais, Coordenadoria de Comunicação, Coordenadoria de Serviços Gerais, Cerimonial e Coordenadoria de Documentação e Biblioteca.

As visitas dos estudantes ao Memorial são previamente

agendadas após contato com os diretores das escolas. O acervo é apresentado pelas monitoras Alda Iris Arruda de Araújo e Elizabeth Silva Bezerra, com participação da analista ministerial Susane Maria Pinto Viégas.

Nesse projeto, no período de 2014 a 2016, aproximadamente 400 alunos de 18 escolas públicas e particulares assistiram palestras e participaram de atividades relacionadas com a atuação ministerial proferidas pelos promotores de justiça Marco Antonio Santos Amorim, Paulo Silvestre Avelar Silva, Lana Cristina Barros Pessoa, Ronald Pereira dos Santos, Selma Regina Souza Martins, Pedro Lino Silva Curvelo, Cristiane Gomes Coelho Maia Lago e pelos servidores Naisandra Mota Silva, Ana Margarida Barbosa Santos, Vinicius de Oliveira Mendonça e Creuza Marques de Almeida. Ao final das visitas, são oferecidos lanches e brindes aos estudantes.



MINISTRO DO SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR VISITA MEMORIAL DO MPMA



Procurador-geral de justiça levou visitantes ao Memorial do MPMA

Na tarde do dia 10 de março de 2017, o Memorial do MPMA recebeu a visita do ministro do Superior Tribunal Militar Péricles Aurélio Lima de Queiroz. Acompanhado do procurador-geral de justiça, Luiz Gonzaga Martins Coelho, do presidente do CNOMP – Conselho Nacional dos Ouvidores do Ministério Público, Olavo Mascarenhas e do

promotor de justiça Washington Cantanhede, integrante da comissão do memorial, o ministro manifestou interesse em conhecer o museu por ter ouvido falar do extenso acervo histórico do Ministério Público do Maranhão. “Eu achei fantástico o cuidado com as informações da história do Ministério Público desse grandioso Estado do Maranhão. Fiquei muito contente em conhecer a história da instituição e daqueles que a fizeram no passado, cujos alicerces são do Ministério Público de hoje. Saio daqui enriquecido”, comentou o ministro.

O presidente do CNOMP também ficou impressionado com o memorial. “É uma iniciativa belíssima que deve ser um exemplo para outros Ministérios Públicos, pelo motivo que vem resgatar a história de cada MP e isso é muito importante para as gerações futuras”, disse ele.

Luiz Gonzaga aproveitou o ensejo para anunciar a ampliação do memorial, que funcionará na antiga sede da PGJ, na Rua Osvaldo Cruz, nº 1396, Centro.

Redação e Fotos: CCOM-MPMA

CONSELHEIROS DO CNMP VISITAM MEMORIAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO



No dia 4 de dezembro de 2014, os conselheiros do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) Antônio

Pereira Duarte e Esdras Dantas visitaram o Memorial do Ministério Público do Estado do Maranhão (MPMA), localizado no

centro de São Luís. Eles foram acompanhados pelas monitoras Alda Iris Araújo, Elizabeth Bezerra e Maria Édula Marçal.

Os conselheiros ficaram sensibilizados com a importância que o MP maranhense vem conferindo à memória da instituição por meio de publicações relevantes, além de manter a estrutura do local “no coração do centro histórico de São Luís”, aberto à visitação pública.

Para o conselheiro Antônio Duarte, “a preservação da memória é fundamental para que não se perca os traços históricos da própria instituição, constituindo-se em elo de ligação com a identidade ministerial construída

ao longo dos tempos, representando, por assim dizer, um verdadeiro viático para as gerações pósteras”.

De acordo com ele, a atuação do patrono do MP maranhense no processo criminal ajuizado contra a baronesa “representa um marco emblemático da coragem do destemido promotor, que não se pejou ante as forças oligárquicas de então, empreendendo esforço inaudito na defesa do valor essencial da vida humana”.

Redação e foto: Assessoria de Comunicação Social - CNMP

MEMÓRIA INSTITUCIONAL EM NOTÍCIAS

INAUGURADA NOVA SEDE DA PGJ



Em cerimônia realizada, no dia 10 de junho de 2016, foi inaugurada a nova sede da Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão, localizada na Avenida Carlos Cunha, ao lado do prédio das Promotorias de Justiça da Capital, no Calhau, em São Luís.

Presidida pela procuradora-geral de justiça, Regina Lúcia de Almeida Rocha, a

solenidade contou com a participação do vice-governador do estado, Carlos Brandão, que representou o governador Flávio Dino, de membros (ativos e aposentados) e servidores do Ministério Público do Maranhão, além de autoridades dos diversos poderes do Estado e convidados. Também esteve presente o procurador-geral de justiça nomeado, Luiz Gonzaga Martins Coelho.

A procuradora-geral fez questão de relembrar todas as sedes que abrigaram a Procuradoria Geral de Justiça, desde quando funcionou no interior do Tribunal de Justiça, passando pelo prédio da Rua do Egito e depois na Rua Oswaldo Cruz, para demonstrar o crescimento da instituição ao longo dos anos.

“Do passado ao presente, conseguimos concretizar, com muito empenho e dedicação, a construção da nova sede, para proporcionar melhores condições de trabalho a servidores e membros e, conse-



quentemente, uma prestação de serviços mais eficiente”, destacou. Carlos Brandão manifestou satisfação em participar da inauguração da nova sede do Ministério Público e parabenizou a administração superior por ter realizado uma obra com qualidade e com valores abaixo da realidade de mercado. “É uma realização que deve servir de exemplo para o Brasil e que está à altura da importância da instituição”.

Redação: CCOM-MPMA

INAUGURADA NA PGJ SALA DESTINADA AOS MEMBROS APOSENTADOS DO MPMA

Em 24 de novembro de 2016, foi inaugurada, na sede da Procuradoria Geral de Justiça, a sala de apoio aos membros do Ministério Público do Maranhão, destinada aos promotores e procuradores aposentados da instituição. Na ocasião, também foi assinado um Termo de Cooperação com a Secretaria de Estado da Gestão e Previdência, assegurando o pagamento simultâneo de membros e servidores ativos e inativos.

Representando os inativos, o procurador de justiça aposentado João Raymundo Leitão agradeceu à administração superior pelo novo espaço de convivência criado na Procuradoria Geral de Justiça. “Esta sala era uma antiga reivindicação. Hoje, para a felicidade de todos nós, vamos recebê-la, para não perder o nosso convívio”, destacou.

O procurador-geral de justiça, Luiz Gonzaga Martins Coelho, saudou os presentes e ressaltou a importância de todos que construíram a instituição. “Hoje, estamos aqui para entregar uma sala aos

aposentados que não possui a grandeza de todos vocês, mas justamente na simplicidade deste gesto queremos homenagear todos que fizeram a história da instituição”.



NOVOS PROCURADORES

SANDRA ELOUF É EMPOSSADA NO CARGO DE PROCURADORA DE JUSTIÇA

Sandra Lúcia Mendes Alves Elouf foi empossada pelo critério de merecimento no cargo de procuradora de justiça, em 6 de março de 2013, pela procuradora-geral de justiça Regina Lúcia de Almeida Rocha na vaga aberta com a aposentadoria do procurador Carlos Nina Everton Cutrim. A assinatura do termo de compromisso, posse e exercício da nova procuradora de justiça foi acompanhada por membros e servidores do MPMA.

Sandra Elouf ingressou no MPMA em 1987. Trabalhou nas comarcas de Santa Inês, Arari, Vitória do Mearim, Urbano Santos, Bom Jardim, Pindaré Mirim, Paraibano, Rosário e foi promovida para São Luís em 1994.



Redação: CCOM-MPMA

EDUARDO DANIEL É EMPOSSADO NO CARGO DE PROCURADOR DE JUSTIÇA

Eduardo Daniel Pereira Filho foi empossado, no dia 3 de dezembro de 2013, no cargo de procurador de justiça, pela procuradora-geral de justiça, Regina Lúcia de Almeida Rocha. Promovido pelo critério de antiguidade, o membro do Ministério Público Estadual ocupa a vaga aberta com a aposentadoria do procurador de justiça José Argolo Ferrão Coelho.

Em 30 anos como membro do Ministério Público do Maranhão, o novo procurador de justiça exerceu suas funções como promotor de justiça nas comarcas de Penalva, Vargem Grande, Nova Iorque, Grajaú, Bacabal e São Luís, onde atuava há 19 anos na 3ª Promotoria de Justiça Criminal.

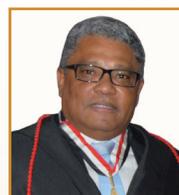


Redação: CCOM-MPMA

CARLOS AVELAR É EMPOSSADO NO CARGO DE PROCURADOR DE JUSTIÇA

Carlos Jorge Avelar Silva foi empossado, em 6 de fevereiro de 2015, em sessão ordinária do Colégio de Procuradores de Justiça, como procurador de justiça do Ministério Público do Maranhão na vaga aberta com a aposentadoria do procurador Cézar Queiroz Ribeiro.

Tendo ingressado no MPMA em 1990, o novo procurador foi titularizado, no ano seguinte, na Comarca de Tutóia. Ao longo da carreira, passou pelas comarcas de Araioses, Brejo e Pinheiro. Chegou à entrância final, por merecimento, em 1994. Desde 2012, exercia a titularidade da 32ª Promotoria de Justiça Criminal de São Luís.



Redação: CCOM-MPMA